

PROJETO DE LEI Nº DE 2009

(Do Sr. Geraldinho)

Veda quaisquer formas de redução de participações da União nas instituições financeiras federais, estabelecendo-lhes diretrizes de atuação.

Art. 1º - Ficam vedadas à União quaisquer formas de redução de suas participações nas instituições financeiras federais.

Art. 2º - Os financiamentos concedidos e a orientação das atividades das instituições Financeiras Federais priorizarão:

I – no setor agrícola, a agricultura familiar;

II – no setor empresarial, as pequenas e médias empresas, observando-se a maior geração de emprego por valor financiado;

III – no setor social, o financiamento de obras de saneamento básico, casas populares, e demais projetos sociais, observando-se o retorno social de tais empreendimentos.

IV- prestação de serviços a municípios e entidades públicas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, as instituições financeiras federais têm se orientado na perspectiva da rentabilidade e conquista de fatias de mercados nacionais e internacionais em diversos segmentos, como seguros, previdência e empréstimos a altas taxas de juros. Ao mesmo tempo, as necessidades sociais do país e as demandas dos próprios funcionários do banco terminam relegadas a segundo plano.

Desta forma, os bancos federais têm apresentado lucros de bilhões de reais anuais, o que não condiz com a função dos bancos públicos de priorizar a melhoria das condições de vida do povo mais necessitado. As Instituições

Financeiras Federais não são quaisquer instituições financeiras, mas possuem uma importante função social.

Portanto, o presente projeto de lei visa a re-estatização das funções das instituições financeiras federais, prevendo que estas possam priorizar o desenvolvimento social do país, enfatizando o financiamento à agricultura familiar, às pequenas empresas com maior geração de emprego, o saneamento básico, a construção de moradias populares e demais projetos sociais.

E para garantir que tais diretrizes não sejam abandonadas por meio do aumento da participação do setor privado de tais instituições financeiras, o presente projeto também veda a perda de quaisquer participações da União nos bancos federais.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2009

DEPUTADO GERALDINHO

PSOL-RS